

STJ00120009

Anderson Schreiber

Manual de Direito Civil

Contemporâneo

7ª edição
2024

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteadó
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial Lívia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Iris Ferrão

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
Karina Lourenço Kempter
Rosana Peroni Fazolari
Guilherme Salvador
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação SBNigni Artes e Textos Ltda.

Revisão Carmem Becker

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Mari Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Santa Marta

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER ROOOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

S378m Schreiber, Anderson
Manual de Direito Civil Contemporâneo / Anderson Schreiber. – 7. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024.
1.176 p.
ISBN: 978-85-5382-022-7 (impresso)
1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito Civil Contemporâneo. I. Título.
2023-3157 CDD 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

Data de fechamento da edição: 21-12-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 16483 CL 008573 CAE 045245

Índice

<i>Apresentação</i>	V
---------------------------	---

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO 1 – Direito Civil e Ordenamento Jurídico

1. Unidade da ordem jurídica	3
2. Ramos do direito	3
3. Utilidade dos ramos do direito.....	4
4. O que é o direito civil?.....	5
5. Direito civil e liberalismo	5
6. As grandes codificações.....	6
7. A influência das grandes codificações na América Latina	7
8. Raízes do direito civil brasileiro	8
9. Intervenção do Estado e leis especiais.....	10
10. Constituição de 1988.....	10
11. Direito civil-constitucional.....	11
12. Código Civil de 2002.....	13
13. Alguns equívocos do Código Civil	14
14. Futuro do direito civil	15
15. Funcionalização dos institutos jurídicos	15
16. O papel do civilista	16

CAPÍTULO 2 – A Norma Jurídica

1. Fontes do direito.....	19
2. Pluralidade de fontes normativas	21
3. Vigência da lei	21
4. Vigência da lei no espaço	22
5. Eleição da lei aplicável aos negócios jurídicos	24
6. Vigência da lei no tempo	25

7. Revogação, ab-rogação e derrogação	25
8. Repristinação	25
9. Irretroatividade da lei	26
10. Proteção ao direito adquirido (Gabba)	26
11. A teoria objetiva de Roubier	27
12. Direito transitório no Brasil	27
13. Sacralização do direito adquirido	28
14. De volta à irretroatividade da lei	29

CAPÍTULO 3 – Interpretação da Norma Jurídica

1. Interpretação das normas jurídicas	31
2. <i>In claris fit interpretatio</i>	32
3. Escola da Exegese	32
4. Escola Histórica	32
5. Pandectística	33
6. Escola do Direito Livre	33
7. Uso alternativo do direito e o chamado direito alternativo.....	34
8. A interpretação hoje	35
9. Elementos de interpretação.....	35
10. Integração do direito	37
11. Analogia <i>legis</i>	38
12. Costume.....	39
13. Princípios gerais do direito (analogia <i>iuris</i>).....	39
14. Integração-interpretação-aplicação como processo unitário	40

CAPÍTULO 4 – A Relação Jurídica

1. Relação jurídica	43
2. Situações jurídicas subjetivas.....	44
3. Direito subjetivo: apogeu e crise	45
4. Dever jurídico	47
5. Direito potestativo.....	47
6. Faculdade jurídica	48
7. Poder jurídico	48
8. Interesse legítimo	49
9. Ônus.....	50
10. Pretensão.....	51
11. Estado pessoal (<i>status</i>).....	51

12. De volta à relação jurídica.....	52
13. Elementos da relação jurídica.....	52
14. O problema do sujeito da relação jurídica.....	53

CAPÍTULO 5 – A Pessoa Humana

1. Pessoa humana	55
2. Distinção em relação às pessoas jurídicas	56
3. Personalidade em sentido subjetivo	56
4. Personalidade em sentido objetivo	57
5. Início da personalidade	57
6. Tutela dos interesses do nascituro.....	57
7. Proteção jurídica dos embriões	59
8. A questão do aborto.....	60
9. Aborto de fetos anencéfalos (ADPF 54).....	61
10. O chamado direito de não nascer.....	62
11. Capacidade	64
12. Capacidade de direito.....	64
13. Capacidade de fato	65
14. Incapacidade absoluta × relativa.....	66
15. Incapacidade × falta de legitimação.....	66
16. Releitura das incapacidades	66
17. Interdição	68
18. Emancipação.....	68
19. Estatuto da Pessoa com Deficiência	69
20. Fim da personalidade	71
21. Eutanásia	72
22. Testamento biológico	73
23. Comoriência.....	75
24. Morte civil × morte presumida.....	76
25. Ausência.....	76
26. Fases da ausência	77
27. Efeitos existenciais da ausência.....	78
28. Retorno do ausente ou desaparecido.....	79

CAPÍTULO 6 – Direitos da Personalidade

1. Dignidade da pessoa humana	81
2. Autonomia existencial	83

3.	O lançamento de anão	84
4.	Direitos da personalidade	86
5.	Características dos direitos da personalidade	87
6.	Autolimitação aos direitos da personalidade	88
7.	Direitos da personalidade no Código Civil de 2002	89
8.	Direito ao próprio corpo.....	90
9.	Mercado humano	91
10.	O caso Moore	92
11.	Exigência médica.....	92
12.	Cirurgias de “transgenitalização”	93
13.	<i>Wannabes</i>	94
14.	Consentimento informado	95
15.	Direito à privacidade	96
16.	Proteção de dados pessoais.....	97
17.	Direito ao nome	99
18.	Direito à identidade pessoal	101
19.	Direito à identidade pessoal das pessoas transgênero	102
20.	Direito à honra.....	103
21.	Direito de sátira	104
22.	Direito à imagem	106
23.	Colisão entre direitos da personalidade e liberdade de informação ...	108
24.	A questão das biografias.....	111
25.	Direito ao esquecimento	113
26.	Instrumentos de tutela da personalidade.....	116
27.	Tutela <i>post mortem</i> da personalidade	117
28.	A marcha infinita da personalidade.....	119

CAPÍTULO 7 – A Pessoa Jurídica

1.	Conceito	121
2.	Natureza jurídica.....	122
3.	Personificação do ente coletivo.....	124
4.	Direitos da personalidade da pessoa jurídica: crítica	124
5.	Função social da empresa.....	125
6.	Classificação.....	126
7.	Sociedades	126
8.	Associações	128
8.1.	Início e extinção das associações	128

8.2. Associações na jurisprudência	129
9. Fundações	131
9.1. Início e extinção das fundações	132
10. Desconsideração da personalidade jurídica.....	133
11. Entes não personalizados.....	137

CAPÍTULO 8 – Domicílio

1. Conceito.....	139
2. Importância.....	140
3. Indeclinabilidade.....	141
4. Pluralidade de domicílios	141
5. Mudança de domicílio.....	141
6. Domicílio da pessoa jurídica.....	142
7. Espécies de domicílio.....	142
7.1. Domicílio civil × político	142
7.2. Domicílio profissional	143
7.3. Domicílio voluntário × necessário (e legal).....	143
7.4. Domicílio geral × especial	144
8. Domicílio em uma leitura civil-constitucional	145

CAPÍTULO 9 – Bens

1. Bens ou coisas.....	147
2. Tendências atuais	149
3. Direito dos animais	150
4. Os bens no Código Civil de 2002.....	151
5. Bens móveis e imóveis.....	152
6. Definição de bens imóveis.....	153
7. Definição de bens móveis.....	154
8. Bens fungíveis e infungíveis	154
9. Infungibilidade dos bens imóveis	155
10. Efeitos da distinção	155
11. Bens consumíveis e inconsumíveis	156
12. Efeitos da distinção	157
13. Bens divisíveis e indivisíveis	157
14. Bens singulares e coletivos.....	158
15. Patrimônio.....	159
16. Bens principais e acessórios.....	160

XII ■ MANUAL DE DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

17. Princípio da gravitação jurídica	160
18. Frutos e produtos	161
19. Benfeitorias	162
20. O problema das pertenças	163
21. Bens públicos	165
22. Bem de família	166
23. Evolução jurisprudencial do bem de família	168
24. Bem de família e <i>venire contra factum proprium</i>	171

CAPÍTULO 10 – Fato Jurídico

1. Fato jurídico	173
2. Crítica	174
3. Classificação dos fatos jurídicos	175
4. Fatos lícitos e ilícitos	175
5. Fatos lícitos.....	175
6. Ato jurídico em sentido estrito	177
7. Teoria do ato-fato	178
8. Análise funcional dos atos lícitos	179
9. Ato ilícito.....	179
10. Excludentes de ilicitude	180
11. Abuso do direito.....	181
12. Abuso do direito e boa-fé objetiva	181
13. Concepção objetiva do abuso do direito	182
14. Exemplos de aplicação jurisprudencial do abuso de direito	183
15. Ato abusivo × ato ilícito	184
16. Sistematização da teoria	186
17. Juízo de merecimento de tutela	186

CAPÍTULO 11 – Negócio Jurídico

1. Negócio jurídico	187
2. Crítica ao negócio jurídico	188
3. A nova autonomia privada	190
4. Três planos do negócio jurídico	192
5. Plano de existência	192
6. Plano de validade.....	193
6.1. A forma do negócio jurídico	193
6.2. Liberalidade das formas	194

6.3.	Forma <i>ad solemnitatem e ad probationem tantum</i>	195
6.4.	Forma × formalismo.....	195
6.5.	Causa do negócio jurídico	196
7.	Plano de eficácia	198
7.1.	Modalidades do negócio jurídico	199
7.2.	Condição.....	199
7.3.	Condição suspensiva × resolutiva	200
7.4.	Condição puramente potestativa.....	200
7.5.	Condição simplesmente potestativa.....	201
7.6.	Condição perplexa.....	202
7.7.	Condição impossível	202
7.8.	Termo	202
7.9.	Efeitos do termo.....	203
7.10.	Distinção entre termo e condição	203
7.11.	Encargo	204
7.12.	Efeitos do encargo	205
8.	Negócios jurídicos unilaterais e bilaterais	205
9.	Interpretação do negócio jurídico	205
10.	Representação	208
10.1.	<i>Procuratio</i>	209
10.2.	<i>Contemplatio domini</i>	209
10.3.	Representação × interposição.....	210
10.4.	Representação sem mandato.....	210
10.5.	Conflito de interesses	211
10.6.	Representante aparente.....	212

CAPÍTULO 12 – Defeitos do Negócio Jurídico

1.	Defeitos do negócio jurídico	215
2.	Erro	216
2.1.	Erro substancial	216
2.2.	Erro incidental	217
2.3.	Erro escusável	217
2.4.	Erro perceptível	218
2.5.	Perceptibilidade × escusabilidade do erro	219
2.6.	Erro de direito	220
2.7.	Exemplo de erro de direito.....	221
2.8.	Erro sobre motivo	221

2.9.	Teoria da pressuposição.....	222
2.10.	Conservação do negócio anulável por erro.....	224
3.	Dolo.....	225
3.1.	Dolo principal × dolo incidental	225
3.2.	<i>Dolus bonus</i>	225
3.3.	Dolo por omissão.....	226
3.4.	Dolo recíproco.....	226
4.	Coação	226
4.1.	<i>Vis compulsiva</i> × <i>vis absoluta</i>	227
4.2.	Avaliação da ameaça	227
4.3.	Supressão da equivalência do dano	227
5.	Lesão.....	228
5.1.	Elemento objetivo da lesão: desequilíbrio entre as prestações....	230
5.2.	Elemento subjetivo da lesão: necessidade ou inexperiência...	231
5.3.	Lesão e princípio do equilíbrio contratual	232
5.4.	Conservação do negócio jurídico	233
5.5.	Lesão e Código de Defesa do Consumidor	234
6.	Estado de perigo.....	234
6.1.	Elemento objetivo do estado de perigo: obrigação excessivamente onerosa.....	235
6.2.	Elemento subjetivo do estado de perigo: conhecida necessidade de salvar-se	235
6.3.	Conservação do negócio jurídico celebrado em estado de perigo	236
7.	Fraude contra credores.....	237
7.1.	<i>Eventus damni e consilium fraudis</i>	237
7.2.	Transmissão gratuita.....	238
7.3.	Transmissão onerosa	238
7.4.	Fraude contra credores × outras espécies de fraude.....	239
7.5.	Efeitos da fraude contra credores.....	239
8.	Ainda sobre os defeitos do negócio jurídico.....	240

CAPÍTULO 13 – Invalidade do Negócio Jurídico

1.	Invalidade do negócio jurídico.....	241
2.	Distinção entre nulidade e anulabilidade	241
3.	Causas de nulidade	243
4.	Simulação.....	243

4.1. Elementos da simulação	244
4.2. Simulação inocente.....	244
4.3. Simulação absoluta × relativa (dissimulação).....	245
4.4. Preservação do negócio jurídico dissimulado.....	245
4.5. Hipóteses de simulação	245
4.6. Alegação por quem simula.....	246
4.7. Terceiros de boa-fé.....	246
4.8. Exemplo jurisprudencial de simulação.....	247
5. Princípio da conservação dos negócios jurídicos	247
6. Conversão do negócio jurídico.....	248
7. Exemplos de conversão do negócio jurídico.....	248
8. Conversão substancial × formal	249
9. Conversão legal	250
10. Crítica aos requisitos da conversão.....	250
11. Redução do negócio jurídico.....	250
12. Atenuação dos rigores da nulidade diante do comportamento das partes	251
13. Necessidade de revisão crítica da teoria das nulidades	253
14. Teoria da inexistência	253
15. Crítica à teoria da inexistência	254
16. Negócios jurídicos inexistentes na jurisprudência.....	255

CAPÍTULO 14 – Prescrição e Decadência

1. Prescrição e decadência.....	257
2. Prescrição	258
2.1. Prescrição aquisitiva.....	258
2.2. Prescrição extintiva: três correntes.....	258
2.3. Conceito de prescrição	260
2.4. Duplo fundamento: releitura à luz dos valores constitucionais ...	261
2.5. Interrupção da prescrição	262
2.6. Taxatividade das causas de interrupção.....	263
2.7. Reinício do prazo.....	263
2.8. “Uma única vez”	263
2.9. Pretensões contra a Fazenda Pública	264
2.10. Impedimento e suspensão da prescrição	265
2.11. Taxatividade das causas de impedimento e suspensão.....	267
2.12. Ausência de pretensão	267

2.13.	Inalterabilidade dos prazos prescricionais.....	267
2.14.	Reconhecimento <i>ex officio</i>	267
2.15.	Renúncia à prescrição	268
2.16.	Termo inicial dos prazos prescricionais.....	269
2.17.	Prazos prescricionais.....	270
2.18.	Pretensões imprescritíveis	271
2.19.	Prescrição e danos morais	272
2.20.	Prescrição intercorrente	273
3.	Decadência	275
3.1.	Fatalidade do prazo decadencial	276
3.2.	Irrenunciabilidade e inalterabilidade do prazo decadencial ...	277
3.3.	Reconhecimento <i>ex officio</i>	277
3.4.	Decadência convencional	277
3.5.	Prazos de decadência	277
3.6.	Legislação especial	278
4.	Prescrição e decadência sob a ótica civil-constitucional.....	279
5.	Extinção de direitos <i>antes</i> do prazo e exercício de direitos <i>após</i> o prazo decadencial ou prescricional	279

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO 15 – Obrigações

1.	Direito das obrigações	285
2.	Conceito de obrigação	285
3.	Relação obrigacional	286
4.	Fonte das obrigações.....	286
5.	Elementos da obrigação.....	287
6.	Função da obrigação	288
7.	Patrimonialidade da obrigação	288
8.	Débito e responsabilidade.....	289
9.	Obrigação natural.....	290
10.	Obrigação <i>propter rem</i> ≠ ônus reais.....	290
11.	Modalidades de obrigações	291
11.1.	Obrigação de dar	292
11.1.1.	Obrigação de dar coisa certa	292
11.1.2.	Obrigação de dar coisa incerta.....	293
11.2.	Obrigação de fazer	294

11.3. Obrigação de não fazer	295
12. Obrigações cumulativas e alternativas	295
13. Escolha, concentração e especificação	296
14. Obrigação facultativa ou com faculdade de substituição	297
15. Obrigações com pluralidade de sujeitos.....	298
16. Obrigações indivisíveis	298
17. Obrigações solidárias.....	299
18. Solidariedade legal	300
19. Solidariedade convencional.....	300
20. Solidariedade ativa e passiva.....	301
21. Natureza jurídica da solidariedade.....	302
22. Renúncia à solidariedade	302
23. Transmissão das obrigações	303
24. Cessão de crédito e assunção de dívida	304
25. Eficácia da cessão de crédito	305
26. Cessão <i>pro soluto</i> e <i>pro solvendo</i>	305
27. Assunção de dívida.....	306
28. Assunção por expromissão e por delegação	306
29. Adjunção ou adesão à dívida.....	307
30. Cessão de posição contratual.....	307
31. Obrigações intransmissíveis	308
32. Obrigações de meio e obrigações de resultado.....	309

CAPÍTULO 16 – Adimplemento das Obrigações

1. Adimplemento das obrigações	311
2. Tríplice transformação do adimplemento	312
3. Requisitos do pagamento	313
3.1. Quem deve pagar	313
3.2. A quem se deve pagar.....	314
3.3. Objeto do pagamento.....	314
3.4. Lugar do pagamento	314
3.5. Tempo do pagamento.....	315
4. Prova do pagamento: quitação	316
5. Presunção de pagamento	316
6. Modalidades indiretas de pagamento	317
6.1. Pagamento em consignação	317
6.2. Pagamento com sub-rogação	318

6.3.	Imputação do pagamento	318
6.4.	Dação em pagamento.....	319
7.	Modos de extinção da obrigação diversos do adimplemento	320
7.1.	Novação.....	321
7.2.	Compensação.....	322
7.3.	Confusão.....	324
7.4.	Remissão de dívida	326

CAPÍTULO 17 – Inadimplemento das Obrigações

1.	Inadimplemento.....	329
2.	Inadimplemento absoluto × mora.....	330
3.	Mora.....	331
4.	Requisitos da mora do devedor.....	332
5.	Requisitos da mora do credor.....	332
6.	Termo inicial da mora	333
6.1.	Mora <i>ex re</i>	333
6.2.	Mora <i>ex persona</i>	334
6.3.	Mora em obrigações decorrentes de ato ilícito	335
7.	Mora em obrigações negativas	336
8.	Purga ≠ cessação da mora	337
9.	Inadimplemento antecipado	337
10.	Efeitos do inadimplemento antecipado.....	339
11.	Violação positiva do contrato	340
12.	Teoria do adimplemento substancial	342
13.	Crítica à avaliação matemática do adimplemento substancial.....	343

CAPÍTULO 18 – Efeitos do Inadimplemento

1.	Efeitos do inadimplemento relativo (mora).....	347
2.	Efeitos do inadimplemento absoluto.....	348
3.	Perdas e danos.....	349
3.1.	Dano emergente	349
3.2.	Lucros cessantes.....	350
3.3.	Interesse contratual positivo e negativo	350
3.4.	Caráter subsidiário das perdas e danos.....	351
3.5.	Dano moral decorrente de inadimplemento.....	352
3.6.	Caso fortuito ou força maior	352
3.7.	Fortuito interno.....	353

3.8. Cláusulas limitativas ou excludentes do dever de indenizar ...	353
4. Juros moratórios	354
4.1. Taxa legal de juros	355
4.2. SELIC × CTN.....	355
4.3. Desnecessidade de alegação de prejuízo	358
4.4. Termo inicial dos juros moratórios	359
5. Correção monetária.....	360
6. Cláusula penal	360
6.1. Obrigação acessória.....	362
6.2. Cláusula penal compensatória × moratória	363
6.3. Valor da cláusula penal.....	363
6.4. Desnecessidade de alegação do prejuízo.....	364
6.5. Indenização suplementar	365
6.6. Redução equitativa da cláusula penal	365
7. Arras	367
7.1. Arras confirmatórias × penitenciais	368
7.2. Pacto acessório e real.....	369
7.3. Distinção entre arras penitenciais e cláusula penal.....	369
7.4. Arras penitenciais e direito do consumidor	370
7.5. Redução equitativa das arras	371

CAPÍTULO 19 – Enriquecimento sem Causa

1. Pagamento indevido	373
2. <i>Indebitum ex re × indebitum ex persona</i>	374
3. Pagamento indevido e entrega de imóvel.....	375
4. Pagamento indevido e dívida condicional.....	375
5. Pagamento indevido e obrigação natural.....	375
6. Pagamento indevido para fim ilícito.....	376
7. Enriquecimento sem causa.....	376
8. Requisitos do enriquecimento sem causa	378
9. Justa causa.....	379
10. Caráter subsidiário da <i>actio in rem verso</i>	380
11. Teoria do duplo limite	381
12. Lucro da intervenção	382
12.1. Enquadramento sistemático	382
12.2. Cumulatividade das pretensões restitutória e reparatória ...	383
12.3. Quantificação da obrigação de restituir o lucro da intervenção ..	383

CAPÍTULO 20 – Contratos: Noções Gerais

1. Contrato: origens.....	387
2. Consensualismo.....	388
3. O contrato no liberalismo jurídico	390
4. A morte do contrato?	391
5. O contrato no direito contemporâneo.....	394
6. Princípios tradicionais do direito dos contratos.....	396
7. Novos princípios do direito dos contratos.....	398
7.1. Boa-fé objetiva.....	398
7.1.1. Superutilização da boa-fé	400
7.1.2. <i>Venire contra factum proprium</i>	401
7.1.3. <i>Verwirkung</i> ou <i>suppressio</i>	402
7.2. Função social do contrato	403
7.3. Equilíbrio contratual	407
8. Princípio da intervenção mínima?	409
9. O contrato-fato.....	412
10. Classificação dos contratos	414
10.1. Contratos bilaterais e unilaterais	414
10.2. Contratos onerosos e gratuitos	415
10.3. Contratos comutativos e aleatórios	416
10.4. Contratos formais e informais	418
10.5. Contratos consensuais e reais	419
10.6. Contratos típicos e atípicos	420
10.7. Contratos de execução instantânea, diferida e continuada....	421
10.8. Contratos relacionais e contratos cativos de longa duração ...	422
10.9. Contratos preliminares e definitivos	424
10.10. Contratos de adesão e contratos paritários	424
10.11. As chamadas condições contratuais gerais	427
10.12. Contratos principais e acessórios	429
10.13. Contratos coligados e redes contratuais	429
10.14. Contratos incompletos	432
10.15. Contratos eletrônicos	432
10.16. A alegada distinção entre contratos civis e contratos de consumo.....	435
10.17. A alegada distinção entre contratos civis e contratos empresariais	438

CAPÍTULO 21 – Formação e Interpretação dos Contratos

1. A formação do contrato no direito brasileiro.....	441
2. A proposta.....	443
3. Retratação e aditamento da proposta.....	444
4. Oferta ao público.....	445
5. <i>Invitatio ad offerendum</i>	446
6. A aceitação.....	446
7. Momento de formação do contrato.....	447
8. Lugar do contrato.....	449
9. A escolha da lei aplicável ao contrato.....	450
10. Negociações preliminares e responsabilidade pré-contratual.....	452
11. Um caso emblemático: o caso dos tomates.....	453
12. Carta de intenções e memorando de entendimentos.....	455
13. Acordos de confidencialidade.....	455
14. Contrato preliminar ou pré-contrato.....	457
15. Execução específica do contrato preliminar.....	458
16. Estipulação em favor de terceiro e promessa de fato de terceiro ..	459
17. Contrato com pessoa a declarar.....	460
18. Tutela externa do crédito.....	461
19. Interpretação dos contratos.....	464

CAPÍTULO 22 – Extinção dos Contratos

1. Extinção dos contratos.....	467
2. Resilição e resolução.....	468
3. Resilição.....	468
3.1. Resilição bilateral: distrato.....	468
3.2. Resilição unilateral.....	470
3.3. Resilição unilateral convencional.....	470
3.4. Denúncia.....	471
3.5. Suspensão de eficácia da denúncia.....	471
4. Resolução.....	472
4.1. Cláusula resolutiva tácita ou expressa.....	472
4.2. Controle do exercício do direito de resolução.....	474
5. Resolução contratual por onerosidade excessiva.....	475
5.1. Antecedentes teóricos.....	475
5.2. Desequilíbrio contratual superveniente no direito brasileiro...	477
5.3. Requisitos.....	479

5.3.1.	Contratos de execução continuada ou diferida.....	479
5.3.2.	Onerosidade excessiva	480
5.3.3.	Extrema vantagem.....	481
5.3.4.	Fatos imprevisíveis e extraordinários	482
5.4.	Efeitos.....	487
5.4.1.	Resolução do contrato	487
5.4.2.	Revisão judicial do contrato	489
5.5.	Dever de renegociar	490
6.	Frustração do fim do contrato	492
7.	Exceção do contrato não cumprido.....	495
8.	<i>Exceptio non rite adimpleti contractus</i>	495
9.	Exceção de insegurança	496
10.	Vícios redibitórios	496
11.	Evicção.....	499
12.	Responsabilidade pós-contratual	500

CAPÍTULO 23 – Contratos em Espécie

1.	Contratos em espécie	504
2.	Qualificação contratual.....	504
3.	Compra e venda	505
3.1.	Elementos da compra e venda	506
3.2.	Classificação	508
3.3.	Efeito obrigacional da compra e venda	509
3.4.	Invalidade da compra e venda	509
3.5.	Compra e venda <i>ad corpus</i> × <i>ad mensuram</i>	509
3.6.	Pactos adjetos à compra e venda	510
3.6.1.	Retrovenda	510
3.6.2.	Venda a contento ou sujeita a prova.....	511
3.6.3.	Preempção ou preferência	512
3.6.4.	Venda com reserva de domínio	514
3.6.5.	Venda sobre documentos	514
3.7.	Compra e venda internacional de mercadorias	515
4.	Troca ou permuta	517
5.	Estimatório	518
6.	Doação	519
6.1.	Objeto da doação	521
6.2.	<i>Animus donandi</i>	521

6.3. Forma escrita.....	522
6.4. Classificação.....	522
6.5. Espécies de doação.....	522
6.6. Invalidade das doações.....	524
6.7. Revogação da doação.....	525
6.8. Promessa de doação.....	527
7. Locação.....	527
7.1. Características.....	528
7.2. Locações especiais.....	528
7.3. Disciplina geral da locação.....	529
7.3.1. Elementos da locação.....	530
7.3.2. Efeitos.....	530
7.3.3. Extinção.....	530
7.4. Locação de imóveis urbanos.....	531
7.4.1. Características.....	532
7.4.2. Elementos.....	532
7.4.3. Efeitos.....	532
7.4.4. Fiança e outras garantias.....	534
7.4.5. Cessão e sublocação.....	535
7.4.6. <i>Shopping center</i>	535
7.4.7. Extinção.....	537
8. <i>Leasing</i>	538
9. Comodato.....	540
9.1. Características.....	540
9.2. Elementos.....	541
9.3. Efeitos.....	542
9.4. Extinção.....	543
10. Mútuo.....	543
10.1. Características.....	543
10.2. Elementos.....	545
10.3. Efeitos.....	546
10.4. Mútuo de dinheiro.....	547
10.5. Extinção.....	549
11. Prestação de serviços.....	549
11.1. Características.....	551
11.2. Elementos.....	552
11.3. Tutela externa do crédito.....	552

11.4. Extinção	554
12. Empreitada.....	554
12.1. Elementos.....	555
12.2. Características	556
12.3. Efeitos	556
12.4. Variação de preços e risco do empreiteiro.....	557
12.5. Extinção × suspensão	558
12.6. Responsabilidade do empreiteiro.....	559
12.7. Proteção do autor do projeto	559
13. Depósito	560
13.1. Espécies de depósito	561
13.2. Efeitos.....	562
13.3. Direito de retenção	562
13.4. Uso da coisa depositada	563
13.5. Extinção	563
13.6. Prisão civil do depositário infiel.....	564
14. Mandato	565
14.1. Elementos	566
14.2. Características	567
14.3. Procuração	568
14.4. Conflito de interesses	568
14.5. Espécies de mandato.....	569
14.6. Efeitos do mandato.....	570
14.7. Atuação <i>ultra vires mandati</i>	570
14.8. Abuso de poder do mandatário.....	571
14.9. Substabelecimento	571
14.10. Extinção do mandato	572
14.11. Procuração em causa própria.....	573
14.12. Mandato judicial.....	573
15. Comissão	575
15.1. Elementos	576
15.2. Características	576
15.3. Efeitos da comissão	577
15.4. Cláusula <i>del credere</i>	577
15.5. Extinção	577
16. Agência	578
16.1. Elementos.....	579

16.2. Características	581
16.3. Efeitos.....	581
16.4. Extinção	581
17. Distribuição.....	583
17.1. Distribuição e concessão mercantil	584
18. Corretagem	584
18.1. Elementos	585
18.2. Características	585
18.3. Efeitos.....	586
18.4. Extinção	587
18.5. O problema do registro do corretor.....	587
19. Transporte	588
19.1. Elementos	589
19.2. Características	590
19.3. Efeitos.....	591
19.3.1. Transporte de pessoas	591
19.3.2. Transporte de coisas	592
19.4. Responsabilidade civil do transportador aéreo	593
19.5. Transporte cumulativo.....	594
19.6. Extinção	595
20. Seguro	596
20.1. Espécies.....	596
20.2. Elementos	597
20.3. Características	597
20.4. Efeitos.....	598
20.5. Efeitos sobre terceiros	599
20.6. A boa-fé no contrato de seguro	600
20.7. Cláusula perfil.....	602
20.8. Seguro de vida do companheiro.....	603
20.9. A questão do suicídio no seguro de vida.....	604
20.10. Acidentes provocados por embriaguez	605
20.11. Cosseguro e resseguro	606
20.12. Extinção do contrato de seguro	606
21. Constituição de renda.....	606
21.1. Elementos	606
21.2. Características	607
21.3. Efeitos.....	608

21.4. Extinção	608
22. Jogo e aposta.....	609
22.1. Características.....	609
22.2. Efeitos.....	609
23. Fiança	611
23.1. Elementos	612
23.2. Características.....	612
23.3. Efeitos.....	613
23.4. Benefício de ordem ou excussão.....	613
23.5. Benefício de divisão	614
23.6. Outorga uxória ou marital para fiança.....	614
23.7. Sub-rogação do fiador.....	614
23.8. Responsabilidade do fiador na prorrogação do contrato de locação.....	615
23.9. Penhorabilidade do imóvel do fiador	615
23.10. Extinção	616
24. Transação.....	616
25. Compromisso.....	617
26. Administração fiduciária de garantias	618

CAPÍTULO 24 – Responsabilidade Civil

1. Responsabilidade por ato ilícito ou responsabilidade subjetiva....	621
2. Análise dos elementos do ato ilícito	622
3. Culpa	623
3.1. Da culpa psicológica à culpa normativa.....	623
3.2. Irrelevância dos graus de culpa.....	623
3.3. Culpa desproporcional: parágrafo único do art. 944.....	624
3.4. Responsabilidade objetiva ou sem culpa.....	624
3.5. Responsabilidade objetiva no Brasil.....	626
3.6. Cláusula geral de responsabilidade objetiva por atividades de risco.....	627
4. Dano.....	629
4.1. Certeza e atualidade do dano	630
4.2. Espécies de dano.....	630
4.3. Dano patrimonial.....	630
4.4. Perda da chance.....	632
4.5. Dano moral.....	634

4.6.	Um caso emblemático	634
4.7.	O chamado dano moral <i>in re ipsa</i>	635
4.8.	Quantificação do dano moral	637
4.9.	<i>Punitive damages</i>	638
4.10.	Dano moral à pessoa jurídica	640
4.11.	O chamado dano moral coletivo.....	641
5.	Nexo de causalidade	644
5.1.	Teoria da causa direta e imediata	644
5.2.	Subteoria da necessariedade causal	645
5.3.	A flexibilização do nexos causal	646
5.4.	Teoria da causalidade alternativa	647
5.5.	Excludentes de causalidade	648
6.	Erosão dos filtros da reparação.....	649
7.	Dever de reparar	650
8.	Reparação não pecuniária dos danos morais.....	651
8.1.	Retratção pública	651
8.2.	Retratção privada	652
8.3.	Outros meios não pecuniários de reparação	654
9.	Responsabilidade contratual × extracontratual.....	656
10.	Mitigação do próprio dano	658
11.	Responsabilidade solidária entre os coautores	659
12.	Regras especiais de responsabilidade civil	659
12.1.	Responsabilidade por fato de terceiro	660
12.2.	Responsabilidade civil do incapaz	661
12.3.	Responsabilidade pelo fato das coisas	663
12.4.	Responsabilidade pelo fato dos animais.....	664
12.5.	Responsabilidade do empresário pelos danos causados por produtos postos em circulação.....	665
12.6.	Responsabilidade civil do Estado.....	666
13.	Relação entre a responsabilidade civil e a responsabilidade criminal.....	669

Capítulo 25 – Direito do Consumidor

1.	Direito do consumidor.....	673
2.	Relação de consumo.....	674
3.	Fornecedor	674
4.	Consumidor	675

5. Consumidor por equiparação	676
6. Direitos básicos do consumidor	677
7. Proteção à saúde e segurança do consumidor	677
8. Responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço	678
9. Dicotomia entre fato e vício do produto ou serviço.....	680
10. Riscos de desenvolvimento	681
11. Desconsideração da personalidade jurídica.....	682
12. Proteção contratual do consumidor	683
13. Superendividamento	685

CAPÍTULO 26 – Atos Unilaterais e Preferências Creditórias

1. Conceito de atos unilaterais	689
2. Promessa de recompensa	690
2.1. Espécies.....	690
2.2. Requisitos	690
2.3. Revogabilidade	691
2.4. Beneficiário da promessa.....	691
3. Gestão de negócios.....	691
3.1. Distinção entre gestão de negócios e mandato	692
3.2. Natureza jurídica da gestão	692
4. Preferências creditórias	693
4.1. Privilégios	693
4.2. Privilégios gerais e especiais	693
4.3. Direitos reais de garantia.....	694
4.4. Confronto entre preferências.....	694
4.5. Por um novo tratamento da insolvência.....	695

DIREITOS REAIS

CAPÍTULO 27 – Introdução aos Direitos Reais

1. Direitos reais	701
2. Distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	702
3. Crítica à distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais	703
4. A questão da tipicidade dos direitos reais	706
5. Tipicidade × taxatividade.....	707
6. Classificação dos direitos reais	709
7. Aquisição de direitos reais	709

CAPÍTULO 28 – Posse

1. O que é a posse	711
2. Teorias da posse: Savigny × Ihering.....	712
3. A posse no Código Civil brasileiro.....	715
4. <i>Ius possidendi</i> × <i>ius possessionis</i>	716
5. Autonomia da posse	717
6. Função social da posse.....	718
7. Natureza jurídica da posse.....	720
8. Posse direta e indireta.....	721
9. Fâmulo da posse.....	721
10. Posse justa e injusta.....	722
11. Interversão da posse	722
12. Posse de boa-fé e de má-fé.....	723
13. Justo título.....	723
14. Crítica à expressão posse de má-fé.....	724
15. Composse.....	725
16. Aquisição da posse.....	725
17. Constituto-possessório e cláusula <i>constituti</i>	726
18. Aquisição originária e derivada da posse	727
19. Atos de mera tolerância.....	727
20. Acessão de posse	727
21. Perda da posse	727
22. Efeitos da posse	728
22.1. Direito aos frutos	728
22.2. Direito à indenização e retenção de benfeitorias	729
22.3. Posse <i>ad usucapionem</i>	730
22.4. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	730
22.5. Interditos possessórios.....	731
22.5.1. Ação de manutenção de posse	732
22.5.2. Ação de reintegração de posse.....	732
22.5.3. Interdito proibitório	733
22.5.4. Procedimento especial ou ordinário.....	733
22.5.5. Fungibilidade das ações possessórias	733
22.5.6. Cumulação de pedidos	734
22.5.7. Caráter dúplice das ações possessórias.....	734
22.5.8. <i>Exceptio dominii</i>	734
22.5.9. Atualidade dos interditos possessórios	734

23. Posse de direitos.....	735
24. Posse de bens incorpóreos	735
25. Posse de bens públicos	736

CAPÍTULO 29 – Propriedade

1. Propriedade.....	739
2. Função social da propriedade.....	741
3. Pluralidade de estatutos proprietários.....	742
4. Função social da propriedade na Constituição brasileira	742
5. Função social da propriedade no Código Civil.....	745
6. A chamada expropriação judicial.....	746
6.1. Natureza jurídica controvertida	747
6.2. Aplicação prática.....	749
6.3. Aplicabilidade a bens públicos.....	752
7. Perfil estrutural da propriedade.....	752
8. Modos de aquisição da propriedade imóvel.....	754
8.1. Usucapião de bem imóvel	755
8.1.1. Fundamento	756
8.1.2. Coisas usucapíveis.....	757
8.1.3. Requisitos da usucapião	757
8.1.4. Usucapião ordinária ≠ extraordinária	759
8.1.5. Usucapião tabular.....	760
8.1.6. Modalidades especiais de usucapião	760
8.1.7. Usucapião extrajudicial.....	763
8.2. Acessão	764
8.2.1. Acessões ≠ benfeitorias.....	765
8.2.2. Acessão invertida	765
8.3. Aquisição pelo registro	766
8.3.1. Sistema alemão	767
8.3.2. Sistema francês.....	767
8.3.3. Sistema brasileiro.....	768
8.3.4. Princípios registrais.....	769
8.3.5. Aspectos formais da transcrição.....	769
8.3.6. Retificação, anulação e cancelamento do registro....	770
9. Modos de aquisição da propriedade móvel	770
9.1. Ocupação.....	771
9.1.1. Diferença entre ocupação e descoberta.....	771

9.2. Achado do tesouro	772
9.3. Especificação	772
9.4. Confusão, comistão e adjunção.....	773
9.5. Tradição	773
9.6. Usucapião de bem móvel	774
10. Perda da propriedade	774
11. Limitações ao direito de propriedade.....	775
12. Propriedade resolúvel.....	777
12.1. Efeitos.....	777
12.2. Propriedade resolúvel ≠ propriedade <i>ad tempus</i>	778
13. Propriedade fiduciária.....	778
13.1. Negócio fiduciário ≠ negócio indireto.....	779
13.2. Usos da propriedade fiduciária	779
13.3. <i>Trust</i>	779
13.4. Alienação fiduciária em garantia.....	780
14. Fundos de investimento	781

CAPÍTULO 30 – Direito de Vizinhança

1. Direito de vizinhança.....	783
2. Vizinhança ≠ contiguidade.....	784
3. Fundamento.....	784
4. Natureza jurídica.....	785
5. Disciplina do direito de vizinhança	785
6. Classificação dos direitos de vizinhança	786
7. Uso anormal da propriedade.....	786
7.1. Teoria da imissão corpórea.....	786
7.2. Teoria do uso normal	787
7.3. Teoria da necessidade	788
7.4. Teoria mista de San Tiago Dantas.....	788
7.5. Uso anormal no Código Civil de 2002	789
7.6. Exemplos jurisprudenciais	790
7.7. Instrumentos de tutela	791
8. Direitos especiais de vizinhança.....	792
9. O futuro do direito de vizinhança.....	794

CAPÍTULO 31 – Condomínio

1. Condomínio	795
---------------------	-----

2.	Relações internas e externas.....	796
3.	Natureza jurídica.....	796
4.	Espécies de condomínio.....	797
5.	Condomínio geral.....	798
5.1.	Direitos dos condôminos.....	798
5.2.	Direito de divisão.....	798
5.3.	Renúncia à parte ideal.....	799
5.4.	Deveres dos condôminos.....	799
5.5.	Administração do condomínio.....	799
5.6.	Extinção do condomínio.....	800
5.7.	Condomínio <i>pro diviso</i>	800
5.8.	Condomínio forçado.....	801
6.	Condomínio edilício.....	801
6.1.	Utilidade social.....	802
6.2.	Natureza jurídica.....	802
6.3.	Evolução legislativa.....	803
6.4.	Características.....	804
6.5.	Constituição do condomínio edilício.....	804
6.6.	Convenção de condomínio e regimento interno.....	805
6.6.1.	Normas condominiais e valores constitucionais.....	806
6.7.	Direitos do condômino no condomínio edilício.....	807
6.8.	Deveres do condômino no condomínio edilício.....	807
6.9.	Administração do condomínio edilício.....	810
6.10.	Síndico.....	810
6.11.	Direito de voto do locatário.....	811
6.12.	Exclusão de condômino.....	811
6.13.	Extinção do condomínio edilício.....	812
6.14.	Condomínio de lotes.....	813
6.15.	Condomínio urbano simples.....	814
7.	Condomínio de fato.....	815
7.1.	Loteamento de acesso controlado.....	817
8.	Condomínios especiais.....	817
8.1.	Condomínio em multipropriedade.....	818
8.2.	<i>Flat service</i>	819
8.3.	<i>Shopping center</i>	820
9.	Incorporação imobiliária.....	820
10.	Extinção dos contratos imobiliários (“Lei do Distrato”).....	822

CAPÍTULO 32 – Direitos Reais sobre Coisa Alheia

1. <i>Jura in re aliena</i>	825
2. Direito de superfície.....	826
2.1. Dupla disciplina.....	826
2.2. Estatuto da Cidade ≠ Código Civil.....	827
3. Servidões.....	828
3.1. Servidões contínuas e descontínuas.....	828
3.2. Servidões aparentes e não aparentes.....	828
3.3. Constituição das servidões.....	829
3.4. Exercício das servidões.....	829
3.5. Extinção das servidões.....	829
3.6. Servidões legais.....	830
4. Usufruto.....	830
4.1. Objeto do usufruto.....	830
4.2. Direitos e deveres do usufrutuário.....	830
4.3. Extinção do usufruto.....	831
4.4. Usufruto legal.....	832
5. Uso.....	832
6. Habitação.....	832
7. Direito real de habitação do cônjuge sobrevivente.....	833
8. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	834
9. Concessão de direito real de uso.....	836
10. Direito de laje.....	836
11. Direitos oriundos da imissão provisória do Poder Público na posse de bens em processo de desapropriação.....	838
12. Direito do promitente comprador.....	841
12.1. Natureza jurídica.....	841
12.2. Promessa de compra e venda e hipoteca.....	842
13. Enfiteuse.....	843

CAPÍTULO 33 – Direitos Reais de Garantia

1. Direitos reais de garantia.....	845
2. Sequela e preferência.....	846
3. Publicidade e especialização.....	847
4. Indivisibilidade.....	848
5. Acessoriedade.....	848
6. Natureza jurídica: <i>jus in re aliena</i>	849

7.	Espécies	850
7.1.	Penhor	850
7.1.1.	Espécies de penhor	851
7.1.2.	Constituição e registro do penhor	851
7.1.3.	Coisa móvel	851
7.1.4.	Direitos do credor pignoratício	852
7.1.5.	Pacto comissório ≠ pacto marciano	853
7.1.6.	Crítica ao pacto marciano	854
7.1.7.	Direito à venda antecipada.....	855
7.1.8.	Deveres do credor pignoratício.....	855
7.1.9.	Extinção do penhor	856
7.1.10.	Modalidades especiais de penhor	857
7.1.11.	Penhor sucessivo e subpenhor	859
7.2.	Hipoteca.....	860
7.2.1.	Constituição da hipoteca	860
7.2.2.	Acessoriedade	861
7.2.3.	Espécies.....	861
7.2.4.	Hipoteca de segundo grau e extensão da hipoteca .	862
7.2.5.	Eficácia <i>erga omnes</i>	863
7.2.6.	Prazo da hipoteca	863
7.2.7.	Extinção da hipoteca	863
7.2.8.	Execução extrajudicial.....	865
7.2.9.	Hipoteca legal	865
7.2.10.	Hipoteca judiciária	866
7.3.	Anticrese	867
7.4.	Alienação fiduciária em garantia.....	867
7.4.1.	Natureza jurídica	868
7.4.2.	Desdobramento da posse.....	868
7.4.3.	Vedação ao pacto comissório.....	868
7.4.4.	Venda extrajudicial	869
7.4.5.	Prisão civil do fiduciante	870
7.4.6.	Alienação fiduciária de veículos	870

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO 34 – A Família Contemporânea

1.	A família	875
2.	O direito de família	877

3.	Princípios constitucionais da família.....	877
4.	Livre planejamento familiar	878
5.	Paternidade responsável	879
6.	Papel do Estado na família.....	880
7.	Entidades familiares	880
7.1.	<i>Numerus apertus</i>	881
7.2.	Requisitos	881
7.3.	Crítica.....	883
7.4.	Famílias simultâneas.....	884
7.4.1.	União estáveis simultâneas.....	885
7.4.2.	O problema do concubinato.....	886
7.4.3.	Súmula STF 380.....	888
7.4.4.	Inconstitucionalidade do art. 1.727.....	890
7.4.5.	Companheiro de boa-fé.....	891
7.4.6.	O entendimento do Supremo Tribunal Federal	892
8.	Parentesco	892
8.1.	Efeitos do parentesco	893
8.2.	Linhas e graus de parentesco.....	894
8.3.	Afinidade	895
8.4.	Cônjuge e companheiro	895
9.	Direitos da criança e do adolescente.....	896
10.	Um caso emblemático	897
11.	Filiação.....	898
11.1.	Presunção <i>pater is est</i>	899
11.2.	Reconhecimento de filhos.....	901
11.2.1.	Reconhecimento voluntário	901
11.2.2.	Reconhecimento judicial.....	901
11.2.3.	Exame de DNA	902
11.2.4.	Relativização da coisa julgada	903
11.2.5.	Paternidade socioafetiva.....	903
11.2.6.	Multiparentalidade.....	904
11.2.7.	Efeitos da multiparentalidade.....	905
11.2.8.	Reconhecimento extrajudicial da paternidade socioafetiva.....	908
11.2.9.	Reconhecimento extrajudicial de multiparentalidade.....	909
11.2.10.	Filiação assistida.....	910
11.2.10.1.	Inseminação artificial homóloga.....	910

11.2.10.2. Inseminação artificial heteróloga	913
11.2.10.3. Gestação de substituição	915
11.3. Autoridade parental	916
11.3.1. Disciplina normativa	917
11.3.2. Titularidade da autoridade parental	918
11.3.3. Exercício da autoridade parental	919
11.3.4. Guarda	919
11.3.5. Guarda compartilhada	920
11.3.6. Extinção da autoridade parental	922
11.3.7. Suspensão da autoridade parental	922
11.3.8. Perda da autoridade parental	923
11.3.8.1. Castigo imoderado	924
11.3.8.2. Abandono do menor	925
11.3.8.3. Abandono afetivo	925
11.3.8.4. Alienação parental	926
11.3.8.5. Autoalienação parental	927
11.4. Adoção	927
11.4.1. Origens	927
11.4.2. Disciplina normativa	928
11.4.3. Crítica à Lei n. 12.010/2009	930
11.4.4. Interesse do adotando	930
11.4.5. Concordância do adotando maior de 12 anos	931
11.4.6. Consentimento dos pais ou representantes legais do adotando	931
11.4.7. Estágio de convivência	931
11.4.8. Processo judicial	932
11.4.9. Requisitos do adotante	932
11.4.10. Adoção por ascendentes	933
11.4.11. Adoção por casal homoafetivo	933
11.4.12. Adoção por divorciados	934
11.4.13. Efeitos da adoção	935
11.4.14. Plena equiparação entre filhos	935
11.4.15. Extinção do vínculo com a família original	935
11.4.16. Direito ao conhecimento da origem biológica	935
11.4.17. Mudança de nome	936
11.4.18. Adoção à brasileira	936
11.4.19. Adoção internacional	936

CAPÍTULO 35 – Casamento

1. Casamento	939
2. Natureza jurídica (casamento ≠ contrato)	940
3. Espécies de casamento.....	942
4. Paradigma da reserva familiar	943
5. Capacidade para o casamento	944
6. Impedimentos matrimoniais	945
7. Causas suspensivas do casamento.....	946
8. <i>Turbatio sanguinis</i>	947
9. Casamento inexistente.....	947
10. Casamento nulo.....	948
11. Casamento anulável	948
11.1. Erro essencial	948
12. Casamento putativo.....	949
13. Formação do casamento	950
14. Efeitos do casamento	950
15. Regime de bens.....	950
15.1. Regime legal supletivo.....	951
15.2. Mutabilidade	951
15.3. Pacto antenupcial	953
15.4. Regime da comunhão universal	954
15.4.1. Proventos do trabalho	955
15.4.2. Pensão previdenciária	955
15.5. Regime da comunhão parcial.....	956
15.6. Regime da separação de bens	956
15.7. Separação legal de bens	957
15.7.1. Súmula 377 do STF	957
15.7.2. Inconstitucionalidade.....	959
15.8. Regime de participação final nos aquestos.....	959
16. Dissolução do casamento	961
16.1. Fim da separação judicial	962
16.2. Divórcio	962
16.2.1. Divórcio extrajudicial.....	963
16.2.2. Divórcio e autoridade parental	963

CAPÍTULO 36 – União Estável e Outras Entidades Familiares

1. União estável	965
------------------------	-----

2. União estável <i>versus</i> casamento	966
3. Características	967
4. União estável “virtual”	969
5. Relações patrimoniais na união estável	970
6. Deveres dos companheiros	971
7. Uniões estáveis simultâneas	971
8. Extinção da união estável	973
9. Outras entidades familiares	973
10. União homoafetiva	973
11. Casamento civil homoafetivo	974
12. União poliafetiva	975

CAPÍTULO 37 – Alimentos, Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada

1. Alimentos	977
1.1. Espécies de alimentos	977
1.2. Possibilidade e necessidade	979
1.3. Proporcionalidade	979
1.4. Características dos alimentos	979
1.4.1. Irrepetibilidade	980
1.4.2. Irrenunciabilidade	981
1.5. Duração dos alimentos	981
1.6. Quantificação dos alimentos	982
1.7. Revisão dos alimentos	983
1.8. Prestação de contas	983
1.9. Cessação dos alimentos	984
1.10. Indignidade	985
1.11. Prisão civil do devedor de alimentos	985
2. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada	986
2.1. Tutela	987
2.1.1. Nomeação do tutor	987
2.1.2. Tutela testamentária	987
2.1.3. Tutela legítima	987
2.1.4. Tutela dativa	988
2.1.5. Tutor único para irmãos	988
2.1.6. Incapacidade para tutela	988
2.1.7. Escusa da tutela	989

2.1.8.	Protutor	989
2.1.9.	Exercício da tutela	989
2.1.10.	Cessação da tutela	990
2.2.	Curatela	990
2.2.1.	Posicionamento da matéria	990
2.2.2.	Distinção entre tutela e curatela	991
2.2.3.	Curatela do menor	991
2.2.4.	Interdição	992
2.2.5.	Limites da curatela	992
2.2.6.	Exercício da curatela	992
2.2.7.	Cessação da curatela e levantamento da interdição	993
2.2.8.	Curatela das pessoas com deficiência	993
2.3.	Tomada de decisão apoiada	994

DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO 38 – Sucessões

1.	Direito hereditário	1001
2.	Fundamento da herança	1002
3.	Crítica à herança	1002
4.	Espécies de sucessão	1004
5.	Princípios do direito sucessório	1004
6.	Herança	1004
7.	Capacidade para suceder	1005
7.1.	Comoriência	1006
7.2.	Nascituros e concebidos	1006
7.3.	Curador de ventre	1006
7.4.	Prole <i>post mortem</i>	1007
7.5.	Prole eventual	1008
7.6.	Sucessora pessoa jurídica	1008
7.7.	Ao tempo do óbito	1009
8.	Abertura da sucessão	1009
9.	<i>Droit de saisine</i>	1009
10.	Aceitação da herança	1010
11.	Aceitação direta e indireta	1010
12.	Benefício de inventário	1011
13.	Renúncia da herança	1011

14. Herança jacente	1012
15. Herança vacante	1013
16. Indignidade	1013
17. Deserdação	1016

CAPÍTULO 39 – Sucessão Legítima

1. Sucessão legítima	1019
2. Herdeiros legítimos	1019
3. Herdeiros necessários	1020
4. Proteção da legítima	1020
5. Cálculo da legítima	1021
6. Redução das liberalidades	1021
7. Colação	1022
8. Modos de suceder	1022
8.1. Sucessão <i>jure proprio</i>	1022
8.2. Sucessão <i>jure representationis</i>	1023
8.3. Sucessão <i>jure transmissionis</i>	1024
9. Modos de partilhar a herança	1024
10. Vocação hereditária	1024
11. Sucessão do cônjuge	1025
11.1. Concorrência com os descendentes	1025
12. Sucessão do companheiro	1028
13. Multiparentalidade	1030

CAPÍTULO 40 – Sucessão Testamentária

1. Testamento	1033
2. Conteúdo existencial do testamento	1034
3. Natureza jurídica do testamento	1035
4. Capacidade para testar	1037
5. Formalismo no testamento	1037
6. Espécies de testamento	1038
6.1. Testamento público	1038
6.2. Testamento cerrado	1038
6.3. Testamento particular	1039
6.4. Testamento marítimo, aeronáutico e militar	1040
6.5. Testamento nuncupativo	1041
6.6. Codicilo	1041

6.7.	Legado	1041
6.7.1.	Liberalidade	1042
6.7.2.	Sucessão a título singular	1042
6.7.3.	Fonte testamentária	1042
6.7.4.	Espécies de legado	1043
6.7.5.	Pagamento do legado	1044
6.7.6.	Extinção e caducidade do legado	1045
7.	Disposições testamentárias	1045
7.1.	Nomeação de herdeiro ou legatário	1045
7.2.	Cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade	1046
8.	Interpretação do testamento	1047
9.	Substituição testamentária	1048
9.1.	Substituição ordinária	1048
9.2.	Substituição recíproca	1048
9.3.	Fideicomisso	1049
9.4.	Conversão legal em usufruto	1050
9.5.	Distinção em relação à deixa em favor de prole eventual ...	1050
9.6.	Propriedade resolúvel do fiduciário	1051
9.7.	Transmissão dos bens ao fideicomissário	1051
9.8.	Fideicomissário ainda não concebido ao tempo da substituição...	1052
9.9.	Falecimento do fiduciário	1052
9.10.	Falecimento do fideicomissário	1052
9.11.	Caducidade do fideicomisso	1053
9.12.	Fideicomisso <i>inter vivos</i> ?	1053
10.	Direito de acrescer	1054
11.	Testamenteiro	1055
11.1.	Aceitação do testamenteiro	1055
11.2.	Função indelegável	1055
11.3.	Testamenteiro universal × particular	1056
11.4.	Atribuições do testamenteiro	1056
11.5.	Prêmio ou vintena	1056
11.6.	Renúncia do testamenteiro	1057
11.7.	Cessação da testamentaria	1057
12.	Revogação do testamento	1057
12.1.	Revogação expressa	1057
12.2.	Revogação tácita	1058

12.3. Rompimento do testamento	1058
12.4. Caducidade do testamento	1059
12.5. Invalidade do testamento	1059
12.6. Prazo para invalidação	1059

CAPÍTULO 41 – Inventário e Partilha

1. Inventário	1061
1.1. Inventário extrajudicial	1061
1.2. Inventário judicial	1062
1.3. Inventário negativo	1063
1.4. Inventariante	1063
1.4.1. Administração provisória da herança	1063
1.4.2. Nomeação do inventariante	1063
1.4.3. Atribuições do inventariante	1064
1.4.4. Remoção do inventariante	1064
1.5. Processamento do inventário	1065
2. Partilha	1065
2.1. Espécies de partilha	1066
2.1.1. Partilha amigável	1066
2.1.2. Partilha judicial	1066
2.2. Partilha em vida	1066
2.3. Anulação da partilha	1067
2.4. Garantia dos quinhões hereditários	1067
3. Sonegados	1067
4. Petição de herança	1068
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	1069
<i>Bibliografia</i>	1091